



## A CIVILIZAÇÃO E A BARBÁRIE NOS JORNAIS: O IMAGINÁRIO DO “VERDE” EM CIDADES DE FRONTEIRA AGRÍCOLA NO PARANÁ (1954/2000)

Ely Bergo de Carvalho\*

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

[carvalho2010@yahoo.com.br](mailto:carvalho2010@yahoo.com.br)

Eunice Sueli Nodari\*\*

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

[eunice.nodari@pq.cnpq.br](mailto:eunice.nodari@pq.cnpq.br)

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é analisar as mudanças no imaginário regional a respeito do “verde” expressos em dois jornais: *O Jornal* de Maringá-PR, entre 1954 e 1969, e a *Tribuna do Interior* de Campo Mourão-PR, entre 1970-2000. Foi identificado que, na segunda metade do século XX, tem-se duas fases na forma de apresentar o “verde” nos jornais estudados. Até finais da década de 1970, havia um discurso de “civilizadores” e toda a área “verde”, descontrolada e caótica, era vista pejorativamente. Já no final dos anos 70 há uma mudança neste discurso, em direção a uma ecologização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecologização – Imprensa – Imaginário

**ABSTRACT:** The objective of this work is to analyze the changes in the imaginary of the local inhabitants especially those changes related to the “green vegetation”, “verde” in Portuguese. Two newspapers were analyzed: *O Jornal*, from 1954 to 1969, in Maringá – Paraná, and *Tribuna do Interior*, from 1970 to 2000, in Campo Mourão - Paraná. It was possible to identify that two different ways to present the “green vegetation” in the analyzed newspapers from the second half of 20th century. In the late 70s, there was a “settlers” discourse, in which all the “green vegetation” was believed to be impossible to control and chaotic and with a derogative view. By the end of 70s, there was an abrupt change in their discourse which was more concerned to the environment one.

**KEYWORDS:** Ecologization – Press – Imaginary

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Bolsista CNPq.

\*\* Professora doutora do Departamento de História da UFSC.

No início do século XX, o terceiro planalto do Estado do Paraná ainda era coberto por exuberantes florestas. Tais florestas que formavam o “sertão paranaense” foram amplamente devastadas no decorrer do século. No final do século XIX, as diferentes formações florestais ocupavam 83% da superfície do Estado, e no final do século XX havia apenas 10% de cobertura florestal.<sup>1</sup> No Noroeste por meio da implantação de uma colonização dirigida com uma agricultura dinâmica e com o posterior processo de “modernização” da agricultura, as matas nativas foram reduzidas a poucos remanescentes, sendo hoje uma das regiões mais desflorestadas do país. Compreender o imaginário da população que se estabeleceu na região sobre as árvores e a floresta, ou seja, o “verde”, é algo importante para entender, não apenas o brutal processo de devastação, mas também, os conflitos que ainda se estabelecem atualmente pela conservação ou não, dos recursos florestais. Uma “janela” por onde se pode interpretar tal imaginário é a análise do discurso jornalístico na imprensa regional.

Para desenvolver esta pesquisa, trabalharam-se dois jornais de duas cidades do Noroeste do Paraná: *O Jornal*, fundado em 1953, foi o primeiro jornal da cidade de Maringá e a *Tribuna do Interior*, fundado em 1968, é o periódico mais antigo de Campo Mourão a ter um acervo disponível.<sup>2</sup> O objetivo deste trabalho é perceber as mudanças no imaginário regional sobre as florestas ou, mais especificamente, analisar o discurso jornalístico considerado um dos elementos formadores de tal imaginário, e em parte, derivados desse imaginário. Para tal, interpretou-se o significado do “verde” no discurso jornalístico regional e as suas alterações durante a segunda metade do século XX, desde o momento em que a região foi (re)ocupada com a venda das terras e o planejamento das cidades, com o conseqüente surgimento de uma imprensa local, até a atualidade em que o “discurso verde” torna-se hegemônico na sociedade. Acompanhou-se, especialmente, a forma como duas temáticas foram apresentadas nas páginas dos jornais: o Dia da Árvore e a arborização urbana.

---

<sup>1</sup> SONDA, Cláudia. A cobertura florestal nas explorações agrícolas: quem tem e quem não tem floresta. *Análise Conjuntural*, v. 18, n. 11-12, p. 25-27, nov./dez. 1996.

<sup>2</sup> *O Jornal*, de 1954 a 1969, foi consultado o acervo que se encontra na Biblioteca Pública Professor Bento Munhoz da Rocha Netto, de Maringá, tendo sido efetuado um levantamento por amostragem, um por semana, para os anos em que esse acervo esteve semicompleto, e todos os números para os anos em que houvesse, apenas, um volume (de encadernação). Já a *Tribuna do Interior*, de 1970 a 2000, foi consultada no acervo da Biblioteca Municipal Professor Egydio Marttelo, de Campo Mourão, tendo sido executado o levantamento por amostragem, um por semana. A periodicidade de ambos os jornais variou bastante durante o período estudado e, em ambos os casos, os acervos não apresentam todos os números, apesar de, no segundo caso, apresentar poucas falhas na numeração.

Iniciaram-se com algumas considerações sobre a fonte utilizada: a imprensa e, mais especificamente, “o discurso jornalístico”, que “atua como um dos agentes de formulação do imaginário social”.<sup>3</sup> A imprensa produz versões dos “fatos”, os quais provocam reações e interferem no cotidiano da sociedade.<sup>4</sup> Mas o imaginário não é definido sozinho, nem pela imprensa, nem mesmo pelo Estado, ele é sempre fruto e ponto de múltiplos conflitos.

Desta forma, a imprensa é apenas uma entre muitos dos seus produtores, porém, é um lugar social específico que, pela “sua dimensão de veículo de divulgação de idéias, atua junto à esfera pública, servindo de difusor de projetos de grupos para a coletividade”.<sup>5</sup> Deve-se estar atento, ao analisar o jornal, observando: quem são estes grupos e quais são estes projetos.

É evidente que o jornal não se auto-apresenta como representante de interesses particulares. “A escrita jornalística baseia-se nas idéias de ‘neutralidade’ e da ‘imparcialidade’, cultivadas pela imprensa”.<sup>6</sup> Muitas vezes, os pequenos jornais do interior têm menor autonomia em relação ao Estado — no caso, as prefeituras municipais. Uma vez que são diretamente dependentes, em termos econômicos, destas prefeituras ou das grandes empresas locais que, em muitos casos, são seus principais clientes. Por este, entre outros motivos, em geral, as posições destes pequenos jornais são mais transparentes, apesar da afirmação de “neutralidade”.<sup>7</sup>

Ainda hoje, no Brasil, apenas uma pequena parte da população tem acesso ao jornal, mas as “versões” dos “fatos” produzidas por ele se difundem muito além daqueles que sabem ler e, muitas vezes, se “cristalizam”, ou seja, é a versão que fica na memória social. Mesmo “que utilizado como instrumento de uma pequena parcela” da sociedade, — poucas pessoas os liam e as idéias neles contidas representam grupos de interesses, — ainda assim, as contradições e antagonismos que ali são revelados permitem que seja “[...] uma fonte rica para o entendimento das aspirações de uma

---

<sup>3</sup> ROMANELLO, Jorge Luiz. Imprensa e Memória. In: \_\_\_\_\_. **Imagens e visões do Paraíso no Oeste Paulista: Um Estudo do Imaginário Regional**. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, UNESP, Assis, 1998. f. 107.

<sup>4</sup> Cf. CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto-Edusp, 1988.

<sup>5</sup> ROMANELLO, 1998, op. cit., f. 107

<sup>6</sup> Ibid., f. 106.

<sup>7</sup> PAULA, Zueleide Casagrande de. **Maringá: o coração verde do Brasil?** 1998. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, UNESP, Assis, 1998. f. 23.

sociedade”.<sup>8</sup> Não se trata, deve ficar claro, em afirmar que os jornais expressam uma forma de pensar que seja homogênea na sociedade estudada, há sempre uma multiplicidade, mesmo quando o foco seja dado em formas de pensar hegemônicas, como no caso deste estudo.

As cidades escolhidas para a pesquisa têm trajetórias semelhantes. Campo Mourão tornou-se Município em 1947, e Maringá em 1951, a partir de um rápido processo de (re)ocupação de região, que já era ocupado por indígenas e caboclos. Foi um processo de colonização dirigida, no primeiro caso, efetuada predominantemente pelo Governo estadual e, no segundo, por uma empresa privada — a Companhia de Terras Norte do Paraná que, em 1943, alterou seu nome para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, CTNP/CMNP —, aproveitando a expansão da fronteira agrícola, em especial na conjuntura favorável para o plantio do café no Pós-Segunda Guerra Mundial. Formou-se uma estrutura fundiária em que se destaca a presença de pequenas e médias propriedades, mas que está longe de ser democrática, pois havia a presença de grandes latifúndios e a exclusão da propriedade da terra da maioria da população rural. No decorrer da década de 70, na medida que ocorre a “modernização agrícola”, a região foi uma das áreas do país a tecnificar o campo com “sucesso”, gerando uma grande expulsão de mão-de-obra da região e um processo de concentração fundiária. Todavia, emergiu a partir daquela época uma agricultura dinâmica, competitiva internacionalmente, bem como um processo de agroindustrialização da região. Com isto, as duas cidades passaram por um vertiginoso processo de crescimento da população urbana. Campo Mourão, em 2000, possuía uma população urbana de 74.754 habitantes, este processo foi especialmente forte em Maringá, que em 2000, possuía uma população urbana de 283.978 habitantes.<sup>9</sup> Feito tal caracterização geral, antes de adentrar na apreciação do “verde” nestas cidades, cabe uma digressão a respeito da apreciação do “verde” na tradição luso-brasileira.

No Brasil não se tem uma história de muita simpatia para com as árvores, pelo contrário, alguns poucos defensores da conservação da floresta do século XIX, já

---

<sup>8</sup> ROMANELLO, Jorge Luiz. Imprensa e Memória. In: \_\_\_\_\_. **Imagens e visões do Paraíso no Oeste Paulista: Um Estudo do Imaginário Regional**. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, UNESP, Assis, 1998. f. 107.

<sup>9</sup> Para uma caracterização geral da história das duas cidades ver a obra de DIVAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José Henrique Rollo. (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999; e ver a obra de SIMIONATO, Édina Conceição. **Campo Mourão — Sua gente... Sua História**. Campo Mourão: Kromoset, 1996.

afirmavam que a atitude geral para com as árvores não era apenas de indiferença, mas de perseguição.<sup>10</sup> Segundo Pereira, a urbanidade em todo o mundo português, desde o século XII, não aceitava as árvores em seu interior, o que era um elemento comum no mundo medieval. “O que se pode supor é que a fraca separação existente no dia-a-dia tivesse de ser compensada por maior apego a formas simbólicas de expressar a cisão entre as cidades e os seus arredores agrícolas e florestais”.<sup>11</sup> Costume que teve mais força nas colônias, com suas florestas abundantes e exuberantes. Mas no mundo português, como um todo, foi muito tardia a incorporação de áreas verdes às cidades. No século XVIII, os planejadores de cidades ainda pensavam a floresta como “insalubre”. Somente no final do século XVIII e início do século XIX é que as árvores penetraram no mundo urbano, por meio de passeios públicos e jardins botânicos, todavia, não eram lugares apreciados pela população em geral. Em especial os aristocráticos, senhores e senhoras de escravos, ficavam restritos a suas casas e quando saíam a rua eram carregados por seus escravos, não se instalou, como na Inglaterra, o costume do passeio público como local de sociabilidade. Só a partir de 1830, aproximadamente, a nova sensibilidade romântica começou a produzir uma apreciação favorável de tais espaços, mas nas pequenas cidades do interior, a resistência ao “verde” durou mais. Para Pereira, tal incompatibilidade entre o urbano e a vegetação teve como ponto fundamental para sua dissolução, o início da fruição de lazer em espaços fora da cidade e a prática de “culturalizar ou desnaturalizar” a vegetação, ou seja, “[...] o mundo das plantas, entendido como caótico, teve de ser submetido a princípios de ordem geométrica, resultando nos passeios públicos”.<sup>12</sup> Concomitantemente, as árvores deixaram de ser consideradas insalubres, para serem consideradas benéficas a saúde. Desta forma, na

[...] grande maioria das cidades de tradição portuguesa, a difusão de espaços públicos vegetados só teve início ao findar o século XIX, quando não em pleno século XX. Só então deixou-se para trás o tempo da cidade estéril, iniciada na Idade Média, no momento de constituição dessa tradição urbana.<sup>13</sup>

<sup>10</sup> PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002. p. 236.

<sup>11</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. De árvores e cidades ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. (Orgs.). **A cidade em debate**. São Paulo: Olho d'Água, 1999, p. 11.

<sup>12</sup> Ibid., p. 41.

<sup>13</sup> Ibid., p. 47.

Na primeira metade do século XX, houve um “investimento simbólico”, para positivar as árvores no imaginário brasileiro:

Surgiu uma corrente na literatura infantil destinada a insuflar reverência pelas árvores; tal como as sementeiras municipais de árvores criadas em diversos locais na época, sua preocupação era com o replantio em praças e avenidas das vilas. O Dia da Árvore passou a ser comemorado em algumas escolas públicas, para a doutrinação das crianças. Um comentarista queixava-se de que às vezes, nessas oportunidades, plantavam-se pés de café, prática que ele condenava por ser como louvar galinhas em dia dedicado à comemoração da vida selvagem.<sup>14</sup>

Muito da tônica da “educação florestal” estava preocupada com o esgotamento do “recurso” e com ensinar o seu “uso racional”, ou melhor, de uma “racionalização” do uso do recurso natural. Racionalização é aqui entendida como “a construção de uma visão coerente, totalizante do universo, a partir de dados parciais, de uma visão parcial, ou de um princípio único. Assim, a visão de um só aspecto das coisas (rendimento, eficácia) e a explicação em função de um fator único (o econômico ou o político)”. Nesta perspectiva “[t]udo aquilo que, na história humana, é ‘ruído e furor’, tudo aquilo que resiste à redução passa pela trituradora do princípio de economia-eficácia”.<sup>15</sup>

Isto não implica que se possa identificar uma atitude homogênea do brasileiro em relação ao “verde”. Mas tudo isso permite entender a afirmativa categórica feita por Monteiro sobre o Norte do Paraná, durante a década de 1950:

Seria possível discernir na mentalidade dominante na região certos traços de difícil caracterização, mas cuja presença se evidencia de maneiras diversas, as quais revelam **uma atitude negativa em relação à natureza**. Não é raro, por exemplo, ouvirmos recriminações dirigidas aos responsáveis pelo planejamento de patrimônios e cidades por deixarem pequenas reservas de mata dentro do perímetro urbano. Como **o grau de ‘civilização’ é medido pela extensão do desmatamento tudo quanto lembre o primitivo revestimento vegetal é repellido como índice de atraso**.<sup>16</sup> [destaque nosso]

No caso de Maringá, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, empresa que efetuou a colonização dirigida de grande parte do Norte do Paraná, inclusive dessa

---

<sup>14</sup> DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 257.

<sup>15</sup> Cf. MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 155-60.

<sup>16</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira. Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 13, p. 55, out. 1961.

cidade, era uma grande força econômica e política na região. Nas páginas de *O Jornal* não aparecem atritos com a Companhia, bem ao contrário, as referências a ela são sempre elogiosas, como na reportagem que é comentado o fato dos “jardins” da cidade estarem sendo depredados, em que o articulista lembra que, “[...] os aplausos para a manutenção desses jardins cabem para a Cia Melhoramentos Norte do Paraná”.<sup>17</sup> Na propaganda de venda de terras da CMNP, que aparecem no jornal, não se fazia referência a floresta, nem mesmo como fonte de recursos, por exemplo, com a possibilidade de venda da madeira. Havia referências a uberdade da terra e a uma “natureza pródiga”, com a qual procurava-se construir uma imagem de paraíso terrestre,<sup>18</sup> que não parece ter sido concebido como um “paraíso selvagem”, pois ali a floresta era uma ausência. Mas a floresta é representada na propaganda de venda de terras da “Colonizadora Norte do Paraná S/A”, expressando, de forma exemplar, a apreciação hegemônica, então, sobre o desflorestamento.



FONTE: GLEBAS junto à cidade Tupássí. *O Jornal*, Maringá, p.1, 12 nov. 1960

Apesar da baixa qualidade gráfica da fonte não há dúvida que a contraposição entre as duas figuras acima é radical, o desflorestamento é a chegada da civilização, do progresso, do desenvolvimento. De um lado, o “hoje”, apresenta a floresta como caótica, a multiplicidade de elementos da figura acentua a impressão de caos e, as bordas escuras, com franjas pendendo em torno da figura, reforça a sensação “claustrofóbica”. Além disso, altas árvores e “palmitos” indicam, pelo menos é o que acreditavam na época, que eram terras boas para o cultivo de café, ou seja, buscava-se

<sup>17</sup> VAMOS evitar de pisar nos canteiros da cidade. *O Jornal*, Maringá, p. 4, 4 jan. 1955.

<sup>18</sup> Cf. TOMAZI, Nelson Dacio. “Norte do Paraná”: História e Fantasmagorias. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba. 1997.

apresentar elementos que indicassem ter um “mato bom” nas terras a serem vendidas. Esclarece-se que a expressão “mato bom”, foi dicionarizada como um regionalismo paranaense que significa: “[...] mato cuja vegetação luxuriante revela a fertilidade do terreno onde se desenvolve e o torna próprio, depois da derrubada, para a cultura”.<sup>19</sup> Do outro lado da figura, o “amanhã” apresenta a civilização: um campo cultivado com cafezais exuberantes, um pasto com uma casa e um trator. Esse último elemento, mesmo em 1960, parecia estar longe da realidade da esmagadora maioria dos agricultores, que ainda não haviam passado pela modernização agrícola, pois viviam de uma agricultura “de enxada”. Todavia, o trator era e é um símbolo de uma agricultura moderna, a qual já era proposta como ideal de futuro, como revela a numerosa propaganda de máquinas e fertilizantes, nas páginas do *O Jornal*.

Praticamente não aparecem vozes dissonantes nas páginas do periódico e, quando surge alguma crítica ao desflorestamento, ela é feita em termos estritamente conservacionistas, ressaltando a racionalização da utilização do recurso. No entanto, não são artigos produzidos pelos jornalistas locais, mas sim, produzidos em âmbito nacional ou alhures, como, por exemplo, o artigo produzido pela Agência Nacional, no qual se afirma que o então Ministro da Agricultura, depois de apresentar um “relatório a FAO”, salientou a necessidade de “preservarmos e desenvolver a nossa riqueza vegetal ameaçada por diversos fatores destrutivos” e a necessidade de “**uma campanha em prol de silvicultura**”.<sup>20</sup>

O texto mais radical localizado nas páginas de *O Jornal*, assim se pronunciava:

Mãos criminosas estão devastando impiedosamente as matas do Brasil, numa ação capaz de levar o país a conseqüências dramáticas. De ano para ano, assistimos ao devastamento de nossas matas, levando o Brasil a perder a sua característica de país florestal. As estatísticas de derrubadas de árvores são assustadoras, e os resultados serão erosões e desertos, transformando o Brasil numa terra arrasada. [...]

Há também a Campanha Nacional de Educação Florestal, lançada pelo Serviço Florestal, com a finalidade de educar o nosso povo, inculcando-lhe no espírito, desde a infância, um amor compreensivo à árvore, baseado no conhecimento do importante papel da floresta na vida humana.

---

<sup>19</sup> NOVO Aurélio Século XXI. [S.l.]: Ed. Nova Fronteira. 1 CD-ROM. Versão 3.0.

<sup>20</sup> COGITA-SE de combater o desflorestamento: Numeros [sic] que dizem bem do trágico avançar do desflorestamento em nosso País. *O Jornal*, Maringá, 21 nov. 1954. (Agência Nacional). [destaque nosso]

Mas educar só, não basta. É preciso reprimir as mãos criminosas. **Que se tirem árvores e se faça o comércio, mas que também se plantem novas árvores**, na mesma proporção das derrubadas, a fim de se evitar uma calamidade nacional. [...] lembrando o título da campanha oficial que vale por ‘slogan’ de patriotismo: ‘Uma árvore plantada, um presente ao Brasil’.<sup>21</sup> [destaque nosso]

Os argumentos para a conservação são, como era de se esperar, antropocêntricos voltados para uma racionalização do uso da floresta. O nacionalismo militante é outra característica evidente dos argumentos em prol da conservação. Deve-se considerar, ainda, que tal texto se encontra em um encarte denominado “Secção Ilustrada”, o qual não parece ter sido escrito pelos jornalistas locais.

Mais representativo da posição da imprensa local é um artigo elogioso ao diretor do Departamento de Geografia, Terra e Colonização, do Governo estadual, que pretendia adquirir “máquinas agrícolas mais modernas”, para com isso acelerar “[...] consideravelmente os trabalhos de derrubadas das matas, limpeza e lavra da terra em uma tarefa de **alargamento de Horizontes** para as primeiras e grandes colheitas a serem realizadas”.<sup>22</sup> Na Figura 1, a floresta “múltipla e descontrolada” forma um horizonte fechado, já a lavoura é um horizonte aberto, de uma paisagem racionalizada.

No jornal, *Tribuna do Interior*, no início dos anos 70, a retórica era a mesma. Em pleno “milagre brasileiro”, o ufanismo do “progresso” era intenso, expresso em versos:

Ninguém segura a explosão  
que teu solo fértil garante  
à quem te cultiva o chão.  
O agricultor é um gigante  
Que leva no coração  
O poder dignificante  
Do Senhor da Criação.  
Jogando na terra a semente  
Que produz o nosso pão,  
A riqueza surge eficiente  
Correndo de mão em mão  
Garantindo progresso a toda gente  
Que viver neste rincão.<sup>23</sup>

<sup>21</sup> VALE, Antonio Peixoto do. Mãos criminosas estão devastando o Brasil. **O Jornal**, Maringá, 15 maio 1960. Secção Ilustrada. p. 3. (Encarte).

<sup>22</sup> COLONIZAÇÃO do Estado através de solução eficiente escolhida pelo Dr. Hugo Vieira, diretor do Departamento de Geografia Terra e Colonização. **O Jornal**, Maringá, p. 4, 23 jul. 1960. [destaque nosso]

<sup>23</sup> MEDEIROS, Constantino. “Campo Mourão” **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, p. 2, 12 out. 1970.

No ano de 1972, enquanto o Governo brasileiro na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, apresentava a posição do Brasil, que poderia ser reduzida à máxima, “[...] trazem sua poluição para o Brasil, desde que as indústrias venham junto”,<sup>24</sup> o editorial do jornal — sendo este a parte do jornal que, em geral, melhor expressa a posição do mesmo — afirmava: “[...] devemos combater a poluição sem no entanto prejudicar o desenvolvimento”.<sup>25</sup> Nesta visão racionalizadora: a “poluição” é um falha a ser corrigida, um problema técnico que não pode obstaculizar o imperativo do desenvolvimento que, na época, significava industrializar-se e na agricultura adotar o modelo da Revolução Verde. Ou, ainda, de forma mais explícita, em uma reportagem de capa, na qual se anunciava com orgulho que o “Norte do Paraná” tinha virado “atração turística”, pois o “Norte do Paraná”

[...] tornou-se curiosidade inédita no País. Onde somente esta região representa este **aspecto de civilização e aproveitamento total do solo**. Ao horizonte mais longínquo vemos o toque da mão do homem e a cultura racional do solo. Até a máxima aproximação das margens das rodovias encontramos em cada palmo de terra o devido trato e aproveitamento. Encontramos o amor a terra e a boa terra que produz tudo que se plante.<sup>26</sup> [destaque nosso]

Tem-se aqui a representação de uma paisagem racionalizada, posto que imaginada, estando totalmente voltada a produção. Sendo que, ter toda a área cultivada, inclusive as margens das rodovias, era motivo de orgulho. Por outro lado, qualquer área não cultivada deveria ser motivo de vergonha, pois revelava um aspecto não-civilizado.

Em um editorial de 1970, intitulado, *Arborização é saúde*, após discorrer sobre benefícios estéticos e práticos ao “homem” das “árvores”, inclusive o “equilíbrio ao meio ambiente” que elas geram, afirma-se:

Campo Mourão pode se considerar bem servida no tocante ao assunto. Nossas avenidas e ruas contam com um sistema de arborizamento que pode ser considerado excelente, com árvores colocadas nas calçadas e nos canteiros que dividem as pistas de rolamento dos veículos. Embora de pequeno porte ainda, as árvores plantadas pela Municipalidade já dão melhor aspecto estético à cidade. Entretanto já

<sup>24</sup> O debate na época foi polarizado na idéia de crescimento zero, ou seja, da proposta que, diante de uma crise ambiental total, percebida como iminente, se fazia necessário parar o crescimento econômico. Proposta combatida pelos países do então chamado terceiro mundo, por afirmarem que isto significava uma forma pela qual os países do “primeiro mundo” impediriam o desenvolvimento/industrialização dos países do terceiro mundo.

<sup>25</sup> POLUIÇÃO. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, p. 2, 1 out. 1972. (editorial).

<sup>26</sup> NORTE do Paraná atração turística. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, p. 1, 9 maio 1971.

está na hora da Prefeitura dar-lhes uma pequena poda, visto que os galhos baixos estão prejudicando o livre trânsito dos pedestres [...]. Não queremos dizer com isto que elas sejam praticamente depenadas como se vê em certas épocas por muitas cidades. Apenas que sejam aparados os galhos mais baixos e os que estejam **crescendo desordenadamente**.

Por outro lado, a norma é aplicável a muitas residências de Campo Mourão, que possuem uma verdadeira floresta em seus quintais, obstruindo por completo a visão. **Quem vem no sentido da PR-13 não ve [sic] nada da cidade, face à enormidade e ao crescimento incontrolado das árvores ‘particulares’. É bom lembrar que a primeira impressão é a que perdura.**<sup>27</sup> [destaque nosso]

Que impressão causava a grande quantidade de árvores, que “obstruía” o horizonte? Talvez de sujeira, de desmazelo, de não-trabalho, ou ainda, de não-civilização. O que se pode responder com certeza é que a grande quantidade de árvores crescendo, “desordenadamente”, gerava uma impressão negativa, uma vez que os editores queriam evitá-las. Apreciável era a natureza desnaturalizada, o “verde” ordenado das árvores bem podadas.

Todavia, dez anos depois, as posições estavam muito mais “ecologizadas”, diante da carta de uma criança, em idade escolar, dirigida ao prefeito, na qual expressava a “sua” preocupação com a “destruição da natureza”. O “prefeito” lhe respondeu: “Árvores, muitas árvores plantamos e muito mais haveremos de plantar nas vias públicas da cidade”.<sup>28</sup> Em 2000, anunciava-se que os proprietários que tiverem em suas casas

[...] árvores das espécies Barbatimão (*Stryphnodendron barbatimao*) e Óleo de Copaíba (*Capaifera trapezifolia*) têm desconto que pode chegar a 30 por cento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU [...]). Preservar as árvores remanescentes do cerrado mourãoense, o mais meridional do planeta, segundo pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), constitui-se no principal objetivo do benefício.<sup>29</sup>

Neste momento, o cerrado que existe em Campo Mourão é apresentado como motivo de orgulho, por sua raridade, e manter as árvores nativas, que fazem parte dele, é algo tão importante que merece um sistema especial de desconto de imposto para incentivar a manutenção de tais “árvores particulares”.

<sup>27</sup> ARBORIZAÇÃO é saúde. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, p. 1, 19 jul. 1970. (editorial).

<sup>28</sup> PRESERVAR a natureza é obrigação de todos. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, p. 7, 6 mar. 1980.

<sup>29</sup> ÁRVORES dão desconto no IPTU em Campo Mourão. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, p. 4, 7 mar. 2000.

Algo semelhante a tal processo de ecologização ocorre com o dia da árvore. Assim, em 1970, um artigo no *Tribuna do Interior* anunciava que “o chefe do Posto de Controle e Fiscalização do I.B.D.F., sr. Milton Craveiro [...] Filho”, em comemoração ao dia da árvore, “providenciou a distribuição de mudas de ‘pinus’ aos estabelecimentos e lares e, ao povo em geral, a exemplo do [...] no ano passado”. Também aqui se encontra uma retórica nacionalista do “tradicional plantio simbólico de arvorezinhas ao som dos hinos pátrios”, enfatizando a racionalização da utilização do recurso que, no contexto, significa que tal fonte certamente deve ser “usada”, a única questão é, como “transformam as florestas em outras riquezas”. Os motivos da preservação são fundamentalmente, como era de se esperar, antropocêntricos, parecendo que o ser humano pode ter pleno controle do ambiente. Por exemplo, o sr. Milton Craveiro afirma que com a “campanha” para o “reflorestamento”:

Elas, as arvorezinhas, vão surgindo aqui e ali, transformando terras incultas e áreas pobres de vegetação em vitorioso manto verde. Com o passar dos anos e os tratos naturais desbaste técnicos, serão frondosas e cumprirão a nobre missão da manutenção dos lençóis de água de abrigar e proteger os animais silvestres e mesmo aos domésticos [...] purificar o ar que respiramos; de [...] os ventos e regular as condições climáticas, de dar ao ente humano a sua sombra [...] alegrando o seu ambiente e lhe proporcionando a riqueza e o conforto.<sup>30</sup>

Deve-se ressaltar o fato de se tratar de uma distribuição de “pinus”, uma árvore exótica, apreciada pelo seu rápido crescimento e pelas muitas utilidades de sua madeira. As comemorações do dia da árvore parecem à concretização da “campanha em prol da silvicultura”, reclamada em 1954, em artigo já citado.

Entretanto, já em 1977, o dia da árvore seria comemorado com uma campanha para o plantio de árvores frutíferas.<sup>31</sup> E, no ano seguinte, ocorreria a “Campanha de Preservação Florestal em Campo Mourão”:

De 21 a 28 deste mês ocasião em que se comemorará a ‘Semana da Árvore’ será desenvolvida em Campo Mourão e Municípios vizinhos uma campanha visando o plantio de 20 mil mudas. Esta campanha [...] terá como participantes ativos a COAMO, 42ª Inspeção de Ensino, Prefeitura Municipal de Campo Mourão, ACARPA, Núcleo dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão, Colégio Agrícola, Clubes de Serviços (Lions, Rotary e Loja Maçônica), Instituto de

<sup>30</sup> MILTON Craveiro fala sobre o Dia da Árvore. *Tribuna do Interior*, Campo Mourão, p. 14, 26 set. 1971.

<sup>31</sup> CAMPANHA de plantio de árvores frutíferas. *Tribuna do Interior*, Campo Mourão, p. 1, 28 ago. 1977.

Terras e Cartografia, Polícia Rodoviária e Copel, além de estudantes dos vários estabelecimentos de ensino de Campo Mourão.<sup>32</sup>

Foram plantadas “essências florestais, notadamente nativas”,<sup>33</sup> e não apenas as árvores passaram a ser nativas, como, dois anos depois, se apelará para os professores: que, neste dia, eles “ensinem seus alunos a amarem a natureza [...] criar nos alunos uma consciência protecionista em relação à natureza de modo geral”.<sup>34</sup> Portanto, há um afastamento do projeto de “campanha em prol da silvicultura”, para se aproximar das idéias mais próximas do movimento ambiental da época. É comum apresentar três correntes básicas dentro do movimento ambiental, como faz John McCormick: os preservacionistas, para os quais “a proteção da natureza havia sido uma cruzada moral centrada no ambiente não humano”; o “conservacionismo um movimento utilitário centrado na administração racional [seria melhor dizer racionalizada] dos recursos naturais”; e o Novo Ambientalismo, que emergiu no plano internacional na década de 1960, e “centrou-se na humanidade e em seus ambientes. [...] para o Novo Ambientalismo a própria sobrevivência humana estava em jogo.”<sup>35</sup> Esta terceira proposta se aproxima do que se poderia chamar hoje de ecodesenvolvimento.

É no final da década de 70 que se tem uma inflexão dos discursos publicados no jornal em direção a uma ecologização. Em 1978, quando se abordava nas páginas do periódico, a questão da “proteção para o meio ambiente”, ainda se fazia isso subordinando a preservação em relação ao desenvolvimento, e a proposta era de racionalização no uso dos recursos. Em 1979, a Igreja Católica escolheu a questão ambiental como tema para a Campanha da Fraternidade.<sup>36</sup> Nessa campanha a Igreja escolhe um tema para se “conscientizar” e se “agir”, de forma especial, durante o ano, mais especificamente, na época da quaresma, utilizando, inclusive, os meios de comunicação de massa para tal. Mesmo com toda a legitimidade da Igreja, uma das

---

<sup>32</sup> CAMPANHA de Preservação Florestal em Campo Mourão. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 3 set. 1978.

<sup>33</sup> CAMPANHA de Preservação Florestal inicia hoje em Campo Mourão. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 21 set. 1978.

<sup>34</sup> HOJE, 21 de setembro DIA DA ÁRVORE. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, p. 2, 21 set. 1980.

<sup>35</sup> MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. Tal divisão não passa, entretanto, de tipos ideais, apesar de McCormick enfatizar a terceira postura como a mais atual. O movimento ambiental, na prática, combina diferentes posições nas mais diferentes configurações.

<sup>36</sup> O tema oficialmente era: “Por um Mundo mais Humano”, e o lema da campanha era: “Preserve o que é de todos”.

instituições em que o brasileiro mais confia, ainda assim, foi suscitada uma controvérsia nas páginas do jornal, em um artigo, assinado por Silvio Passarelli, intitulado *Fraternidade Antidesenvolvimentista*, em que o autor lamenta a “infelicidade na escolha de certas temáticas mais para um trabalho de proselitismo de partido político do que para uma instituição religiosa”. Segundo Sílvio Passarelli, as propagandas veiculadas pela Igreja permitem uma leitura que “condenando todas as formas de progresso, como os adubos químicos, a indústria, a atividade extrativa, etc.”, enquanto

[...] **a indústria, as atividades extrativas e os adubos químicos, em sí, representam um bem para a sociedade**, e, que em alguns casos, felizmente para nós um pouco mais raros do que a campanha faz supor, existe um desvirtuamento na utilização dessas atividades econômicas, cabendo, então, para corrigi-las, o aperfeiçoamento e a fiscalização das mesmas, e não a sua supressão, como parece ficar subliminarmente afirmado.<sup>37</sup> [destaque nosso]

Para evitar o confronto direto com a Igreja, o autor ainda argumenta que é “preferível acreditar que os erros tenham sido cometidos pelo publicitário responsável pela campanha, que não soube apresentar a verdadeira mensagem apresentada pela Igreja brasileira”.<sup>38</sup> O que se deve ressaltar é a crença na tecnologia como um “bem em sí”, em uma época, em que, as “conseqüências negativas” da “Revolução Verde”, ou seja, da modernização agrícola, eram cada vez mais gritantes, como o êxodo rural e o “problema da erosão”, sendo que esta última, aparecia de forma abundante nas páginas do periódico.

A ecologização do discurso jornalístico ocorre de forma gradual e, inicialmente, a partir de agentes externos ao jornal. Os primeiros artigos que demonstram uma preocupação com a “flora e fauna”, fazem-no de forma sutil, não se concentram na preservação de algo global, seja a “natureza”, seja o “meio ambiente”, e sim, centram-se em alguns elementos considerados apreciáveis. Por exemplo, perguntando: onde estão os nossos beija-flores e nossos jardins?<sup>39</sup> E, a partir daí, vai se radicalizando, como neste artigo assinado por “A. T.”:

A beleza de um beija-flor, o cantar dolente de tantas aves, já não se ouve quase mais.

<sup>37</sup> PASSARELLI, Silvio. *Fraternidade Antidesenvolvimentista*. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 8 abr. 1979.

<sup>38</sup> Ibid.

<sup>39</sup> Cf. ONDE anda o nosso Beija-Flor. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 4 nov. 1979.

A devastação das matas, o fim dos belos jardins está exterminando com nossas aves.

Logo chegará o dia em que a verdadeira sinfonia matinal ou no cair da tarde desaparecerá, pois seus cantores, os coloridos, delicados e indefesos pássaros não mais existirão.

A sanha incontida do homem, além de estar nos levando a um verdadeiro caso ecológico, ainda nos está privando de uma das mais belas obras criadas pelo ser supremo, o pássaro.

O exigido reflorestamento, na maioria das vezes, está sendo feito com o indesejável *Pinus Eliotis*, [sic] que possuindo em seu tronco uma nefasta e intoxicante rezina, não dá condições de sobrevivência do pequenino filhote [...].

O homem não terá mais água para saciar sua sede. Não terá mais alimentação [...] Não terá nem flores para o seu caixão...<sup>40</sup>

A retórica vai da contemplação da “vida selvagem” ao catastrofismo, que eram posições presentes no movimento ambientalista. Nota-se que a retórica, mais propriamente do novo movimento ambientalista, é introduzida nas páginas do periódico, não pelos jornalistas, mas sim, por artigos assinados, como os de Izidora Fluminhan, da “Assessoria Distrital de Meio Ambiente Lions Clube Internacional – Distrito – L-21”. A mesma afirma a necessidade da “preservação efetiva do biosistema que temos o indeclinável dever de legar aos nossos descendentes”.<sup>41</sup> Tal “assessoria do Lions” vai dar origem a uma ONG, a Associação Centro-Oeste de Proteção Ambiental (ACOPA), que “visa compatibilizar o desfrute racional dos recursos naturais com a produção de bens essenciais para a humanidade e o desenvolvimento, com a intenção de proporcionar uma vida em harmonia com a Natureza e deixar uma herança de igual para as futuras gerações “. Não mais um elemento isolado, como “o beija-flor”, mas agora a “natureza” passava a ter “defensores”, pois, nas palavras da articulista, “para ACOPA, NATUREZA deve ser escrita com letras maiúsculas”.<sup>42</sup>

Tudo isso implicou um novo olhar sobre o processo de desflorestamento, expresso na poesia assinada pelo leitor “B.R.P.O.”:

Quem destroe [sic] será destruído  
Vamos reconstruir o Paraná,  
Eu nasci e cresci num racho, [sic] nas campinas,  
Entre as matas verdejantes,  
E juntos nossa amizade também.

<sup>40</sup> AMANHÃ é dia da ave. Onde elas se encontram? **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 4 out. 1979.

<sup>41</sup> FLUMINHAN, Izidora. Questões de Meio Ambiente. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 6 jan. 1980. p. 3.

<sup>42</sup> FLUMINHAN, Izidora. Questões de Meio Ambiente. “ACAPA” ADQUIRE PERSONALIDADE JURÍDICA. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, p. 2, 28 fev. 1980.

Tudo era meu enlevo, meu afeto.  
O Pulão de minha vida.  
**Hoje vejo ‘o Paraná  
destruído e consumado’  
Sem matas, pássaros, peixes e rios secando  
É a sombra do passado [...].<sup>43</sup> [destaque nosso]**

Desse momento em diante, não mais se louvaria o desflorestamento como civilizador, nem iria se chamar à atenção, apenas, para o que se entendia como seus aspectos negativos que deveriam ser corrigidos dentro de uma lógica racionalizadora. Desse momento em diante, ou se condenaria o processo geral de desflorestamento como um mal – com argumentos e posições muito variadas – ou, simplesmente, se buscaria esquecê-lo.

Esquecer é uma opção. Desta forma, na cidade de Maringá, durante a década de 80, houve um grande investimento simbólico, em especial, por parte da prefeitura daquele Município, para fixar um imaginário da urbe como uma “Cidade Verde”, esquecendo seu passado de devastação florestal. Efetivamente, a cidade se destaca por ter uma boa arborização urbana e áreas verdes, devido, em parte, ao fato de a empresa que colonizou a região, de origem inglesa, a CTNP/CMNP ter feito a opção pelo “projeto de cidade-jardim”, fora este elemento estético/paisagístico, a cidade enfrenta graves problemas ambientais, semelhantes aos de outras cidades nas mesmas condições. Zueleide Casagrande de Paula, ao analisar a história/memória municipal, a partir do qual foi construído tal imaginário, afirma que:

A memória construída pelos envolvidos, neste caso, passa por uma variação de matizes complexos, envolvendo uma rede de poder e saber que **‘cria’ silêncios** instrumentadores na construção de uma **memória ‘conveniente’ e convincente para todos**. [...] história que tem alicerçado a construção da imagem de cidade perfeita e que ofereceu os instrumentos para a criação do imaginário ecológico na década de 80 em Maringá.

Dessa maneira, o imaginário da ‘Cidade Verde’ nasce e torna-se uma força à disposição de todos aqueles que desejarem dele usufruir. Vai ao encontro do interesse da população, que é o de comungar com a idéia de cidade preservacionista, visto que isso **jogaria no “porão” da memória a violenta e rápida devastação** que caracterizou o processo de (re)ocupação na porção norte do Estado do Paraná, assim como o empobrecimento do solo na área rural e o grande desmatamento existente no campo.<sup>44</sup> [destaque nosso]

<sup>43</sup> O CLAMOR da natureza — AMAZÔNIA. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, p. 8, 21 set. 1980 (“Colab. do leitor B.R.P.O.”).

<sup>44</sup> PAULA, Zueleide Casagrande de. **Maringá: o coração verde do Brasil?** 1998. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, UNESP, Assis, 1998, f. 85 e 257-8

Se o desflorestamento foi jogado no “porão da memória”, não apenas pela elite, mas também pela população em geral da cidade, é porque a segunda metade do século XX foi um período de “ecologização da sociedade”, entendendo isso como um aumento da preocupação pública com a deterioração da qualidade do ambiente para sustentação da vida humana, como é conhecida, ou seja, os “problemas ambientais” deixaram de ser assunto praticamente exclusivo de “amantes da natureza” e se tornaram “um assunto da sociedade civil mais ampla”.<sup>45</sup> E não apenas se tornou um tema debatido na sociedade civil como se tornou um valor positivado e hegemônico.

Todavia, “ecologização”, aqui, não implica a adoção de um modo de vida que leve a um “ecodesenvolvimento”, mas apenas uma mudança de postura na qual a “natureza” deixa de ser percebida, em geral, como uma fonte inesgotável de recurso, para ser reconhecida como um “problema” que inspira cuidados, o que dá uma conotação positiva, em geral, para o que se identifica como “ecologicamente correto”. Livia Barbosa, em um artigo que busca mapear a penetração, a importância e o significado da problemática ambiental no seio da sociedade brasileira, afirma que, pelo menos, a partir do início da década de 90: “O meio ambiente se tornou o grande referencial para todos os grupos. Do ponto de vista político, a adaptação ao tema ecológico, ainda que de forma superficial, apresenta-se como a única saída competitiva”.<sup>46</sup> A autora constata isso a partir da forma como, até mesmo os garimpeiros, que negavam haver “problemas ambientais” gerado por sua atividade; passaram a admitir haver “problemas ambientais”, mas ressaltaram as vantagens sócio-ambientais de sua ação em pequena escala, em contraposição a mineração em grande escala, ou seja, passaram, no final da década de 80, a atuar “sob a ideologia do verde”, ainda que de forma superficial.<sup>47</sup>

Desta forma, a mudança de uma despreocupação ou uma preocupação racionalizadora (conservacionista) com o “verde”, para uma retórica mais próxima do

---

<sup>45</sup> GRÜN, Mauro. **Ética e Educação Ambiental**: A conexão necessária. 3. ed. Campinas: Papirus, 1996. p. 15. Evidentemente, a forma como a sociedade civil compreende a age sobre estes problemas ambientais é extremamente variada. Para o movimento ambientalista no Brasil, ver VIOLA, Eduardo J. R. O movimento ambiental no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização públicas para a institucionalização e do desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, Mirian. (Org.). **Ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 49-76.

<sup>46</sup> BARBOSA, Livia. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 229-243, 1991.

<sup>47</sup> Ibid., p. 242.

movimento ambiental, encontradas nos jornais, não implica na adoção de práticas “sustentáveis”, como por exemplo, a *Sabarálcool S/A – açúcar e álcool*, empresa instalada em Engenheiro Beltrão, na microrregião de Campo Mourão, em princípios da década de 1980, com uma atividade de alto impacto ambiental e moderno cultivo em grande escala de cana-de-açúcar e produção industrial de álcool e açúcar. Em 2000 se faz apresentar nas páginas da *Tribuna do Interior* como uma empresa “ecologicamente correta”:

Aproximadamente 10 mil mudas de árvores nativas estão sendo plantadas por estudantes da Escola Municipal Castelo Branco de Engenheiro Beltrão, em faixas de mata ciliar de propriedades onde a Sabarálcool – Usina de Álcool e Açúcar,[sic.] cultiva a cana-de-açúcar. Trata-se de uma campanha alusiva ao Dia da Árvore [...].

De acordo com Antônio José da Silva, Técnico Agrícola e Fiscal de Tratos Culturais da Sabarálcool, ao todo cerca de 300 estudantes realizaram o plantio das mudas, durante três dias. A empresa forneceu o transporte para as crianças e as mudas foram cedidas pelo Horto Municipal de Engenheiro Beltrão. ‘O interesse da Sabarálcool não é somente a produção de derivados da cana, mas também, melhorar o meio ambiente em que vivemos’, disse Silva.

Preocupação – Não é de agora que a Sabarálcool vem se preocupando com meio ambiente. Nos últimos anos, cerca de 60 mil mudas de espécies nativas foram replantadas na faixa de mata ciliar do Rio da Várzea, que corta algumas propriedades da empresa, no município de Engenheiro Beltrão. Segundo Silva, a medida visa reconstituir a mata que estava praticamente destruída até alguns anos.<sup>48</sup>



Esclarece-se que já o Código Florestal, de 1934, protegia a vegetação à beira dos cursos d’água e o Código Florestal atual, Lei Federal n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, com várias modificações posteriores, protege a mata ciliar como parte da Área de Preservação Permanente (APP), sendo **vedado** o corte da vegetação nativa ou qualquer outra forma de **exploração**. Não obstante, o Estado e ONGs ambientais vêm, a mais de 20 anos, efetuando um esforço crescente para o efetivo cumprimento de tal legislação. Portanto, todas as ações anunciadas e que a empresa estava executando não passavam de cumprimento das obrigações legais e, somente muito tardiamente, a empresa se dobrou as pressões e está cumprindo, neste caso em específico, suas obrigações previstas na legislação ambiental. Mesmo assim, a empresa se fez representar como “ecologicamente correta”.

<sup>48</sup> MEIO AMBIENTE: Sabarálcool comemora o Dia da Árvore plantando 10 mil mudas. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, p. 4, 24 set. 2000. (“Da Assessoria Engenheiro Beltrão”).

Em suma, a questão central neste artigo não é apenas constatar a ecologização, mas lançar alguma luz sobre como se deu esse processo, apontando os agentes e os embates pela construção do imaginário regional expressos na imprensa. No caso dos jornais estudados pode-se afirmar que, na segunda metade do século XX, ocorreram duas fases na forma de apresentar o “verde”. Até aproximadamente finais da década de 70, havia um discurso de “civilizadores” e toda área “verde” descontrolada e caótica era vista pejorativamente, somente se valorizava uma “natureza desnaturalizada”, que se apresentava na forma de ordenadas áreas verdes urbanas — e até mesmos este “verde”, dos bosques urbanos, poderia ser percebido com indesejável por alguns — as poucas vozes dissonantes a respeito da apologia ao desflorestamento, “da marcha da civilização”, o faziam de forma conservacionista, ou seja, na forma de uma racionalização na utilização dos recursos. Em torno do final dos anos 70 há uma mudança neste discurso, há uma positivação do “verde” com diferentes perspectivas, conseqüentemente o desflorestamento não é apresentado mais como a “marcha da civilização”, ele é recriminado como “bárbaro”, seja a partir de posições conservacionistas, preservacionista, ou de posições mais próximas ao novo movimento ambiental, ou ainda, esquecido. Sendo que, nas duas fases, as posições mais pró-ambientais foram enxertadas pelos jornais de fora. Na primeira fase, por meio de artigos e encartes produzidos fora da região; na segunda fase, deve-se destacar, a ação do movimento ambientalista, organizado ou não, do final da década de 70 e início da década de 80, o qual introduz uma retórica mais próxima do novo ambientalismo. Deve ser destacada, ainda, como tal presença do movimento ambiental é reduzida drasticamente nas páginas do jornal, a partir do final da década de 80, ao mesmo tempo em que a *Tribuna do Interior* assume institucionalmente uma posição pró-ambiental, mesmo que seja, muitas vezes, um ambientalismo “cosmético”, superficial, como se procurou destacar.

O deslocamento da frente de expansão foi representado, nos anos 50 e 60, como um avanço da civilização sobre a barbárie. Na década de 70 e 80 o desflorestamento foi deslocado de símbolo de civilização para ser identificado com a barbárie, ou, pelo menos, foi “esquecido”. Todavia, alguns militantes ambientalistas que, em geral, estão fora das páginas do jornal na atualidade, entendem que bárbaro é o modelo agrícola de monoculturas com tecnologias *hard*, como a produção de soja na região. Bárbaro é sempre o Outro.